

ACTA Nº04/2005

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E TRÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----Aos vinte e três dias do mês de Setembro, do ano de dois mil e cinco, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 13 de Setembro do ano de dois mil e cinco**, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº03/2005, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2005.06.03; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

-----**02.01** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «*declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística da Rua Santa Isabel – Fátima*», nos termos do art.º41º, do Decreto-Lei n.º794/76, de 5 de Novembro, a submeter posteriormente a aprovação do Governo – (grelha A); -----

-----**02.02** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «*declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística da estrada de Minde – Fátima*», nos

termos do art.º41º, do Decreto-Lei n.º794/76, de 5 de Novembro, a submeter posteriormente a aprovação do Governo – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*repartição dos encargos decorrentes da empreitada relativa à construção do edifício dos Paços do Concelho*», nos termos do n.º1 e n.º6, do art.º22º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*renegociação de empréstimos de médio e longo prazo*» – (grelha A); -----

-----**02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao «*Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – proposta de fixação de taxas sobre prédios urbanos, 2006*», nos termos do n.º4, do art.º112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – (grelha A); -----

-----**02.06** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para o lançamento de uma «*Derrama para o ano de 2006*», nos termos da alínea f), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.07** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «*Plano Director Municipal – alteração em regime simplificado*», nos termos do art.º97º e do n.º1 do art.º79, do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro alterado pelo Decreto-Lei n.º310/2003, de 10 de Dezembro – (grelha A); -----

-----**02.08** – Ratificação da deliberação camarária de 18 de Abril de 2005 relativamente à «*concessão, por concurso público, da exploração da cafetaria sita no Parque Linear, junto à Ribeira de Seiça, em Ourém*», nos termos da alínea q), do n.º4 do art.º53, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.09** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

- Albino Coelho Pereira; -----
- António Marques das Neves; -----
- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----
- Fernando de Oliveira Ferreira; -----
- Filipe de Jesus Janeiro; -----
- Hélder António Vieira Alves; -----
- Humberto Lopes da Piedade; -----
- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
- Jaime Vaz Nunes; -----
- João Pereira Trezentos; -----
- Joaquim Augusto de Oliveira Faria; -----
- Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
- Jorge Manuel Reis Heleno; -----
- José Custódio Ribeiro Faria; -----
- José da Silva Pereira; -----
- José de Oliveira Fernandes; -----
- José Ferreira Vieira; -----
- José Manuel Pereira Alho; -----
- José Maria Ferraz de Oliveira; -----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição; -----
- Luís de Sousa e Silva; -----
- Luís Vieira de Sousa Simões; -----
- Manuel de Oliveira Graça; -----
- Manuel Lourenço Dias; -----
- Manuel Rodrigues Antunes; -----
- Manuel Tavares Lopes; -----
- Maria Celeste Gonçalves Henriques; -----

- Maria Clara Vieira de Oliveira Neves; -----
- Maria Natália Oliveira Marques dos Santos; -----
- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco; -----
- Pedro Miguel Rodrigues Fortunato; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes.-----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

- Albino dos Reis Oliveira;-----
- Manuel Xavier Teixeira Guerra.-----

----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

- Amândio Paulo Rodrigues Pereira; -----
- Carlos Alberto Ferreira Bucete; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Nuno Filipe Reis Baptista. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

- David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

- Armando Ferreira Neto; -----
- João Manuel Moura Rodrigues; -----
- Vitor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

- Avelino da Conceição Subtil; -----
- Maria de São José Pereira Gil Ferreira. -----

----- Não compareceu o Vereador em regime de não permanência, senhor: -----

- António Ribeiro Gameiro. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO TRÊS BARRA DOIS MIL E CINCO, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A TRÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Aberto o período de intervenções e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, foi a acta submetida à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções, dada a ausência na referida sessão. -----**

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

- ofício da Região de Turismo Leiria/Fátima, datado de dois de Junho, do ano em curso, remetendo cópia do «Regulamento da organização dos serviços/organograma funcional»; -----

- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de oito de Junho do ano em curso, remetendo informação relativamente aos «Diplomas aprovados em Conselho de Ministros. Não audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses»; -----
- ofício do Governador Civil do Distrito de Santarém, datado de treze de Junho do ano em curso, agradecendo o voto de congratulação aquando da sua nomeação; -----
- ofício da Região de Turismo Leiria/Fátima, datado de trinta de Junho do ano em curso, dando conhecimento do Despacho do Secretário de Estado do Turismo, referente ao Representante do Ministério da Economia e Inovação na Comissão Regional; -----
- ofício da Assembleia Municipal do Cartaxo, datado de um de Junho do ano em curso, remetendo cópia da Moção «Aeroporto Internacional da Ota – uma obra prioritária para o concelho do Cartaxo»; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de doze de Julho do ano em curso, remetendo informação relativamente à participação dos Associados nos Eventos desta Associação; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de vinte de Julho do ano em curso, remetendo cópia da informação/parecer dada pela Associação relativamente à fusão do CEFA com o INA; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de vinte do sete de Julho do ano em curso, remetendo cópia da correspondência enviada por esta Associação a órgãos de comunicação social; -----
- ofício do Partido Comunista Português – Grupo Parlamentar remetendo cópia do requerimento «No distrito de Santarém é muito difícil ter acesso à ecografia pré-natal»; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de vinte de Julho do ano em curso, remetendo informação acerca da «Conferência comemorativa do 20º aniversário da Carta Europeia da Autonomia Local – conclusões»; -----

- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses remetendo cópia da «declaração dos Governos Locais para os objectivos do milénio»; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de vinte e nove de Agosto do ano em curso, dando informação relativamente à «dispensa de funções dos candidatos. Alteração ao artigo 8º da LEOAL. Lei orgânica n.º3/2005, de 29 de Agosto»
- ofício da Municipalia remetendo informação acerca do «XIII salão internacional de equipamentos e serviços municipais» a decorrer em Espanha. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Saúdo V.Exas. em meu nome pessoal e do executivo que aqui represento. -----

Sendo esta a última sessão do mandato que termina, seria também tempo de balanço. -----

Por entendermos que nesta altura iríamos estar em período de campanha eleitoral, efectuámos a intervenção de fundo que pretendíamos na sessão anterior, em 3 de Junho, referenciando, com algum detalhe, o trabalho que, ao longo de dez anos efectuámos em Ourém. -----

Mesmo assim, justifica-se que dê breve nota sobre o que ocorreu desde a última sessão deste órgão deliberativo. -----

1. As Festas da Cidade decorreram da forma programada, com actividades diversificadas, constituindo um momento alto da vida do concelho. -----

2. Chegaram ao fim e foram inauguradas diversas obras importantes para o concelho, em sectores diversos da actividade municipal – Parque Linear, Piscina de Caxarias, ETAR de Fátima, Pavilhão do Caneiro, Edifício multiusos de Freixianda. -----

3. Foi já efectuada a escritura de aquisição do antigo seminário monfortino, estando em elaboração o projecto para adaptação a escola de hotelaria e turismo. -----

4. Como todos sabemos, o concelho de Ourém foi, no último Verão, atingido por uma vaga de incêndios de grandes dimensões, atingindo sobretudo as freguesias de Atouguia, Casal dos Bernardos, Caxarias, Espite, Freixianda, Gondemaria, Matas, Nossa Senhora da Piedade, Olival, Ribeira do Fárrio, Rio de Couros e Urqueira. -----

Anexamos mapa resumo dos danos ocorridos e informamos que a Câmara está a tratar o problema da reconstrução de habitações de pessoas carenciadas e a acompanhar a acção dos serviços do Ministério da Agricultura tendo em vista o apoio às perdas agrícolas e florestais. ----

5. A Câmara Municipal tem estado a procurar ajudar a resolver os problemas que resultaram das medidas desajeitadas do governo para os jardins de infância e escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico. -----

Neste contexto, estamos a procurar que, como actividades complementares e para além do inglês, as crianças tenham também acesso a educação musical e educação física/desporto. ----

6. No dia 15 de Setembro, decorreu a recepção aos professores do concelho. Ficámos desolados com o nível de participação. -----

Será desmotivação decorrente da acção do governo? Será outra coisa ainda mais grave? -----

7. A recuperação da rede viária continua a decorrer com normalidade, quer ao nível das estradas municipais quer ao nível das vias vicinais das freguesias. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores deputados municipais, -----

Estas são as referências que julguei oportuno efectuar, ficando naturalmente à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos que entendam necessário solicitar. -----

Agradeço toda a colaboração prestada ao longo deste mandato que fica na história do nosso concelho por algumas realizações de grande significado.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

- situação económica e financeira da autarquia em 31 de Agosto de 2005; -----

- relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, relativamente ao ponto cinco da intervenção atrás reproduzida, foi da opinião de que no que respeita à Freguesia de Fátima seria mais vantajoso resolver o problema inerente ao complexo escolar. -----

= **JAIME VAZ NUNES**, solicitou esclarecimentos acerca da Rua da Morteira, sita em Fontainhas da Serra, Freguesia de Atouguia, tendo-lhe sido respondido que tanto a Câmara como a Junta de Freguesia consideram-na pública. -----

= **MARIA NATÁLIA OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS**, pretendeu saber se seria da responsabilidade da Câmara Municipal a atribuição dos horários relativos ao Inglês, uma disciplina extracurricular leccionada aos alunos do 3º e 4º anos em horário dito normal, tendo sido dito que a elaboração dos horários não é da competência do município. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Voto de louvor: “Como é do conhecimento de todos, o Concelho de Ourém foi violentamente atingido pelos incêndios florestais, resultantes da falta de ordenamento florestal, divisão diminuta da propriedade, falta de limpeza, e, acima de tudo, de mão criminosa, que causaram momentos de grande aflição e sofrimento. -----

O esforço da Câmara Municipal de Ourém, com a construção de pontos de água, vigilância móvel, limpeza de faixas, implementação do Serviço Municipal de Intervenção contra Incêndios, apoio às três corporações de bombeiros concelhias, etc., tornou-se inglório. -----

O levantamento feito no terreno pela Câmara Municipal aponta, neste momento, para a destruição total de 12 primeiras habitações. Ficaram também totalmente consumidas pelas chamas 22 segundas habitações. -----

Quanto a instalações empresariais, 2 estão identificadas como estando completamente destruídas. -----

Cerca de 6 dezenas de edificações de apoio à actividade agrícola foram dizimadas pelas labaredas. -----

Enfim, aquilo a que assistimos no nosso concelho foi, na verdade, uma tragédia. -----

Sr. Presidente da Câmara, -----

Sr.^a Presidente da Assembleia, -----

Caros Deputados Municipais, -----

Impõe-se, nesta Assembleia, não só uma palavra de solidariedade para com as vítimas, tendo muitas delas ficado praticamente sem nada mas também aos bombeiros, locais e das circunvizinhanças, que, horas e horas a fio, lutaram contra um inimigo que se agigantava a cada minuto e que a mão criminosa ateava sem piedade. -----

Para eles fica o nosso agradecimento, pelo esforço, pela valentia e pelo seu espírito de voluntariado. É preciso não esquecer que muitos destes homens, soldados da paz, são voluntários e deixaram o seu trabalho, o seu ganha pão, o seu aconchego do lar e da família, para ajudar os outros numa hora de aflição, e em muitos casos correndo risco de vida. -----

Uma palavra também para todos aqueles que ajudaram e colaboraram verdadeiramente. Falo da entreatada da população, uns com tractores, outros com depósitos de água, outros amparando as lágrimas e a agonia dos vizinhos e familiares. -----

Refiro-me também ao trabalho dos médicos, enfermeiros, psicólogas e assistentes sociais. Estamos a falar também da Guarda Nacional Republicana e de outros agentes da Protecção Civil, como os próprios funcionários da Câmara Municipal, entidade estratégica na mobilização da vasta logística colocada à disposição do comando de operações. -----

Sabemos que a autarquia, em articulação com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que, incansavelmente, apoiaram as populações, esteve e ainda está no terreno com a aprovação de projectos de novas habitações mandados executar a expensas da Câmara Municipal, tendo já reunido com a Cáritas que, através de um protocolo, vai acompanhar a construção das mesmas. -----

É de nosso entendimento que o Governo, através dos serviços competentes, deverá decretar medidas e posturas concretizáveis no terreno de modo a estudar-se a replantação florestal do país. -----

A todos, o grupo do PSD quer expressar a mais profunda gratidão e apresentar um voto de louvor.” -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu este voto de louvor à votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** -----

= **MARIA CLARA VIEIRA DE OLIVEIRA NEVES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Declaração: “Desde a última Assembleia Municipal, o nosso concelho viveu momentos únicos, com a conclusão de várias obras devidamente planeadas e assentes numa estratégia de desenvolvimento claro para todo o concelho: -----

- A piscina coberta de Caxarias veio responder a uma procura crescente das actividades físicas de interacção com a água, sejam elas desportivas ou de lazer, respondendo às necessidades do norte do concelho. Com este novo equipamento estará facilitado o acesso de todos os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, ao contacto com a água e à aprendizagem da natação. -----
 - De extrema importância para a Vila de Freixianda e localidades limítrofes, podendo-se mesmo dizer que estamos perante um conceito de «loja do cidadão» único no país, nasceu o edifício multiusos que veio congregar no mesmo espaço sinergias de diferentes entidades: um novo Centro de Saúde e nova sede da Junta de Freguesia de Freixianda, os Serviços de Segurança Social e uma Delegação da Câmara Municipal. É sem dúvida motivo de regozijo para todos nós. -----
 - Este ano durante as festas da cidade, tivemos a honra de ver requalificada toda a margem esquerda da Ribeira de Seiça, permitindo que todos nós usufruamos de um espaço de lazer de que há muito Ourém carecia. -----
 - Motivo de orgulho foi também a inauguração do Estádio de Fátima que fará parte do complexo desportivo mais alargado, e o qual dará resposta a uma necessidade que o concelho tinha de uma infra-estrutura deste tipo. Saliento a valência de atletismo coexistente com o campo de futebol, e que irá decerto permitir que os nossos atletas efectuem os seus treinos em melhores condições. -----
 - O Pavilhão do Caneiro foi outro equipamento colocado ao dispor da população e o qual tem sido alvo de comentários cépticos sobre a sua futura utilização. O certo é que, segundo sabemos, os pedidos para a sua utilização não param de chegar. -----
 - Para concluir este leque de obras e com uma importância digna de destaque, foi inaugurada a nova ETAR de Fátima. Pensada em termos dos fluxos variáveis da população que serve, este empreendimento vem resolver problemas de saneamento e de natureza ambiental, numa freguesia com a projecção nacional e internacional que todos conhecemos. -----
- São de facto variados, com coerência e planificação prévia, os equipamentos que agora temos ao nosso dispor. -----

Os nossos colegas da oposição falam muitas vezes das múltiplas necessidades que o concelho ainda tem, mas não os vemos concretizar nenhuma ideia digna de relevo. Aquilo que frisam, normalmente, é o que já há muito o PSD tem planeado. Só que o planeamento é isso mesmo, um estabelecimento de prioridades e de aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, em conjugação com o suporte financeiro exigido por tudo o que se planeia. É por isso mesmo que ainda existe um leque de algumas obras que consideramos muito prioritárias e que ainda não foi possível executar. -----

Surpreende-nos no entanto que essa mesma oposição, apesar de não concordar com algumas das obras que agora são colocadas ao dispor da população ourensense, se associe às mesmas. É por este «saber fazer» que nos congratulamos com a planificação efectuada por este executivo camarário, e por todo o seu desempenho demonstrado ao longo de todo este mandato e que agora culminou com a apresentação de vários projectos concretizados e colocados ao dispor da população de todo o concelho.” -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista e antes de apresentar o documento abaixo reproduzido, informou de que o membro da sua bancada, senhor Nuno Filipe Reis Baptista tencionava fazer uma intervenção relativamente aos fogos florestais ocorridos no concelho, porém, e atendendo a que o mesmo estava ausente, sublinhou a congratulação do Grupo Municipal do Partido Socialista face ao voto de louvor atrás transcrito. -----

Intervenção de política local: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores -----

Senhores Deputados Municipais e Senhores Presidentes de Junta -----

Comunicação Social e público presente -----

Esta é de facto a última reunião desta mandato e seria o momento adequado para uma avaliação do trabalho realizado quer a nível deste órgão autárquico, quer da actividade da Câmara que nos compete acompanhar e fiscalizar. Não nos revemos no tipo de balanço que o Sr. Presidente da Câmara quis fazer na última reunião desta Assembleia trazendo para aqui os

dez anos de gestão municipal. Poderíamos contrapor com o rol das obras anunciadas nos programas que continuam por fazer, com atrasos no planeamento, no saneamento, na infra estruturação das zonas industriais, no reordenamento do parque escolar, etc. mas por respeito para com os senhores deputados municipais vamos poupar V^{as} ao elenco destas muitas promessas por cumprir e deixar muita desta matéria para a campanha eleitoral. Não vamos confundir as coisas: a campanha está aí e é junto dos eleitores que importa medir argumentos. Mas porque se trata da última reunião desta Assembleia e porque muitos de nós, mesmo vindo a estas sessões, não estaremos nos lugares que agora ocupamos, gostaria de aproveitar a ocasião para deixar uma palavra de muito apreço pelo modo como foram acolhidas as nossas intervenções, pelo modo como, de um modo geral, foram conduzidos os trabalhos pela Sr.^a Presidente, enfim, pelo bom funcionamento das reuniões e pelo bom relacionamento existente entre os diferentes grupos municipais. -----

Embora lamentando o modo como em certos momentos fomos tratados pelo Sr. Presidente da Câmara que tem queda para utilizar expressões de gosto duvidoso quando ouve coisas que não gosta, nem isso retira nota positiva ao clima geral em que decorreram as reuniões. Uma palavra de apreço especial para os Senhores Presidentes de Junta que deram um bom contributo para que o tratamento dos assuntos do município estivesse em primeiro lugar, quando havia tendência para o despique partidário em questões de política geral e favorecendo formas de convívio entre todos, de que nos fica grata recordação. Uma palavra de agradecimento aos elementos do meu grupo parlamentar – o PS – porque julgo que soubemos defender com coerência as nossas propostas, manter uma oposição viva mas respeitadora, pôr em primeiro lugar o interesse do concelho, assumir com responsabilidade as nossas posições e criar mesmo uma amizade e cumplicidade que nos leva a querer assumir mais fortes responsabilidades. A verdade é que deixando a Assembleia, não estamos de partida, mas estamos ainda mais comprometidos no trabalho autárquico. Da minha parte são dez anos como deputado municipal, oito dos quais como líder do grupo municipal e embora já com alguma saudade é com satisfação que dou lugar a outros que hão-de com o seu saber e

dedicação continuar este trabalho em prol do bem colectivo. Defendo a renovação, o que não significa que em qualquer momento desista da cidadania activa. -----

E porque se trata da última reunião, em vésperas já da campanha autárquica, percebe-se mal a inclusão de tantos pontos na ordem de trabalhos. Alguns destes pontos requeria-se que fossem objecto de deliberação posterior, estabelecido pelo voto livre de 9 de Outubro, qual o projecto que vai comandar os destinos do concelho. Verdadeiramente só os pontos que têm reflexo na elaboração do próximo orçamento se justifica virem agora a debate. Entende a Câmara, já na recta final, deixar trabalho feito e compromissos assumidos para de alguma forma condicionar quem vem a seguir ou na sequência do alcatrão e contratos de última hora condicionar o voto. Não nos parece bem tal procedimento. -----

Finalmente desejo a todos os que vão envolver-se mais directamente nas eleições autárquicas que saibamos pôr os interesses do concelho em primeiro lugar, respeitando as pessoas e as deferentes opiniões, falando uma linguagem de verdade e aceitando com humildade o veredicto dos eleitores. Depois, cá estaremos de novo para continuar a pugnar pelo progresso e desenvolvimento da nossa terra. É assim a Democracia.” -----

= **HUMBERTO LOPES DA PIEDADE**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mos Senhores Secretários -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara -----

Ex.mos Senhores Vereadores -----

Caros colegas -----

Ex.mos representantes da comunicação social -----

Completei recentemente 25 anos de actividade docente. Vivi bons e maus momentos, mas creio que na qualidade de professor, aprendi muito -----

O início deste ano escolar leva-me a tecer algumas considerações: -----

O concelho de Ourém possui uma dinâmica invejável em muitos aspectos. Na educação, foi dos primeiros a avançar com o actual modelo de gestão democrática das escolas. Foi dos

primeiros concelhos a organizar-se em agrupamentos: dinamismo dos cidadãos – dinamismo das autarquias. -----

Há já vários anos praticamente todo o concelho está abrangido pelos serviços de apoio à família para o pré-escolar e A.T.L. para o 1º ciclo: dinamismo dos cidadãos – dinamismo das autarquias – boa articulação entre os vários parceiros. -----

O caminho que a educação tem trilhado no nosso país tem sido por vezes tortuoso: -----

- No ano passado foi o tormento das colocações; -----
- Este ano com todos os professores colocados novos tormentos nos esperavam: autarquias; professores; auxiliares da acção educativa; pais-encarregados de educação e outros parceiros (IPSS ou equiparados) foram surpreendidos por medidas que embora positivas, desejáveis e demonstrativas de coragem por parte de quem as implantou, vieram no nosso caso lançar a confusão. -----

Refiro-me ao alargamento dos horários para o 1º CEB e J.I., que leva a que hoje, quase duas semanas após o início das aulas ainda haja professores e alunos sem saberem exactamente qual será o seu horário. -----

Tudo isto se evitaria se o legislador tivesse conhecimento da realidade e da diversidade de vivências educativas do nosso país. Se em alguns locais o alargamento do horário é muito positivo, no nosso caso apenas veio criar dificuldades. -----

A introdução do ensino do Inglês no 1º ciclo é sem dúvida uma boa medida que espero venha a funcionar bem. Um bem haja à Câmara Municipal que, uma vez mais, respondeu à altura formalizando a candidatura que permitirá a articulação com os institutos de línguas. -----

Não cabe nas competências desta assembleia tratar de assuntos directamente relacionados com a prática pedagógica do corpo docente, mas sendo eu próprio professor, assim como muitos dos elementos desta assembleia, tomo a liberdade de referir que é com alguma mágoa que registo o desalento ou desmotivação de muitos de nós por toda uma série de medidas que por mais correctas que possam ser, serão sempre, ou pelo menos nos próximos anos, de execuibilidade duvidosa e geradoras de revolta e desmotivação: -----

• Pedir aos professores que permaneçam mais horas nas escolas, mas não lhes proporcionar locais adequados para trabalharem é muito mau. -----

• É igualmente incompreensível que ao nível do 1º CEB sejam propostas importantes acções de formação de matemática, apenas em Setembro, quando todos os docentes estão a tentar adaptar-se aos novos horários já apertados e complicados. -----

Para os conselhos executivos foi o caos: -----

• ou proibem os professores de fazer formação -----

• ou inviabilizam o alargamento do horário escolar. -----

Lamento que após 30 anos de democracia a educação no nosso país continue a navegar ao sabor de cada governo que passa. -----

Faço votos que no nosso concelho saibamos continuar a ser pioneiros e que a curto prazo consigamos suprir algumas necessidades sobretudo de equipamentos escolares. -----

Sendo esta a última reunião do presente mandato autárquico, aproveito a oportunidade para enaltecer o elevado espírito democrático mantido nesta assembleia. -----

Oito anos é muito tempo!! Eu que, falei pouco mas votei muito, guardo indeléveis memórias deste marcante período em que exerci da melhor forma que soube os meus deveres e direitos de cidadão. -----

A todos vós o meu muito obrigado por tudo o que partilharam comigo.” -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Vereadores presentes -----

Senhores Deputados Municipais -----

Ex.mos Representantes da Comunicação Social -----

Ex.mo Público -----

É com bastante satisfação que refiro aqui duas inaugurações ocorridas muito recentemente em Fátima. -----

A primeira foi o Estádio Municipal que irá contribuir para o desenvolvimento da freguesia e do concelho se for bem explorado como núcleo duro de uma ampla zona desportiva em início. É preciso não esquecer os exemplos dos estádios do Euro, principalmente o de Leiria que é o mais próximo de nós. -----

O Sr. Presidente da Câmara explicou, na altura, a ausência de qualquer autoridade governamental uma vez que não podia convidar quem nunca tinha contribuído nem com um euro para a construção da infraestrutura desportiva em causa e mais ainda que não queria dar boleia para o céu a algum que por acaso tivesse convidado. -----

O Dr. David Catarino já nos brindou várias vezes com uma forma de fazer humor muito peculiar, mas num acto solene, perante autoridades religiosas e um público na sua maioria praticante da religião católica, usar linguagem inadequada ao contexto e aos destinatários da mensagem, foi politicamente pouco correcto. -----

Passando agora à segunda inauguração, a requalificação do edifício da Junta de Freguesia, é de salientar a melhoria significativa de umas instalações pouco funcionais, apertadas e sem o mínimo de condições para o público em geral e para os funcionários, em particular. Há apenas um senão que já aponte ao Sr. Presidente – a não existência de elevador que permita o acesso ao piso superior de cidadãos portadores de deficiência motora. -----

Em contrapartida o estádio está dotado desse meio de acesso aos referidos cidadãos o que é uma mais valia que contudo não funcionou no dia da inauguração, dificultando seriamente a deslocação de um jovem fatimense para a zona das bancadas inferiores onde ficou muito mal instalado. -----

Estabelecendo outro paralelismo, gostaria de dar os meus parabéns ao Sr. Presidente da Junta por ter convidado todo o executivo a estar presente, por ter colocado uma placa alusiva ao acontecimento onde surge o nome do Sr. Presidente da Câmara que, por sinal, ainda não deu qualquer verba para essa requalificação. -----

Consta que prometeu alguma coisa mas «de boas intenções está o inferno cheio» e ainda «enxoval que não vai com a noiva tarde ou nunca lá vai ter», para usar uma linguagem de uso corrente na boca do povo. -----

Uma saudação muito especial ao Prof. Graça pela sua boa educação.” -----

= **JOAQUIM AUGUSTO DE OLIVEIRA FARIA**, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Cumprimento a Mesa, os membros da Câmara e todos os presentes. -----

É comum ouvir dizer que em política nunca se deve dizer nunca, é, porém, minha convicção que esta sessão encerra de vez um ciclo de mais de 20 anos como membro da Assembleia Municipal. -----

Naturalmente modesto o brilho do meu contributo, mas o cariz interventivo e o esforço de assiduidade tranquilizam-me a consciência cívica. -----

Com Francisco Oliveira, José Manuel Pinheiro Lopes, Mário Albuquerque, David catarino, Deolinda Simões a presidir aos trabalhos das sucessivas legislaturas, bebi o elixir que me robusteceu como democrata, mas António Figueira, René Assunção, Carlos André, David Primitivo, Sérgio Ribeiro e tantos, tantos outros exercitaram-me a atitude de concordância e discordância democrática, sempre geradoras das decisões que moldam afinal o concelho que hoje somos. Agradeço-lhes o contributo que me deram e a dimensão que me acrescentaram para conseguir perceber, sentir e viver Ourém, como hoje percebo, sinto e vivo. Terminei de bem com o poder local que emana de Abril, o qual não sendo perfeito é nitidamente positivo, na construção da nossa terra. -----

Sou pois um confortado autarca ourensense, desmobilizado num tempo em que ao invés sinto um estranho desconforto com o que «vai por lá», o outro poder, o central, em que sucessivos governos, não conseguiram aglutinar as principais virtudes dos portugueses firmando o Portugal desenvolvido, seguro, ambicioso e solidário tantas vezes proclamado. Tal como Santo Agostinho continuarei idealista, sabendo que jamais despejarei o mar, vou como alguém continuar por aí apreciando os vossos esforços e juntando o que for capaz para um dia destes pedir a lanterna a Diogenes e enxergar o Portugal que deve ser sonho de qualquer autarca!” ---

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Declaração: “Está prestes a chegar ao fim o mandato para o qual fomos eleitos numa noite de 16 de Dezembro de 2001 que certamente ficará para a história por outras razões. Recorde-se

que nessa noite o país ganhou e renovou novos autarcas mas também perdeu um fraco governo que não deixou saudades. -----

Passados 4 anos o povo volta a ter o poder legítimo e democrático de escolher os homens e as mulheres que, no seu sábio juízo, serão os melhores para servir as suas terras. Mais uma vez vamos assistir em Ourém ao esgrimir de argumentos sobre quem servirá melhor os interesses das populações. -----

Pela parte do meu partido, o PSD, apresentamo-nos de novo ao eleitorado com o sentido do dever cumprido. Temos obra feita visível por todos e um trabalho planeado a pensar no futuro de Ourém. -----

Um dos desafios de quem se entrega ao Poder Local reside, talvez, no facto de sabermos que o trabalho a que nos dedicamos no dia-a-dia nunca ter um fim à vista. Os autarcas são sempre, portanto, inconformistas. Querem sempre mais e melhor para as suas terras, e foi com este espírito que o PSD embarcou há algum tempo nesta viagem de progresso e desenvolvimento para o nosso concelho. Toleramos amargamente duas realidades nos últimos 30 anos. Assistimos à partida dos nossos pais e filhos para o desconhecido e vivemos dificuldades e incertezas. -----

No entanto, soubemos dignificar e reconhecer um passado que não nos envergonha e que nos desafia permanentemente. Graças a um ambicioso e dinâmico projecto colectivo encetado corajosamente pelas gentes de Ourém, os autarcas do PSD conseguiram projectar e moldar um rumo de determinação e afirmação nos últimos anos. Hoje o trabalho dos autarcas do PSD é reconhecido por todos: desde a educação à cultura; do desporto ao património; das infra-estruturas básicas, como o saneamento e as estradas, até ao lazer, ao turismo e ambiente, passando pela protecção civil e apoio aos munícipes. Muito trabalho se fez. -----

Alguns não querem ver o que foi feito e assobiam para o lado mas para nós chega-nos o apreço e o reconhecimento das gentes de Ourém. -----

O PSD é, acima de tudo, um partido muito ligado ao Poder Local. Tem escola, tem tradições. Está ao lado de quem trabalha de sol a sol, de quem produz do que a terra dá, de quem cria e

realiza e de quem mais sofre e menos pode. Temos uma visão equilibrada do território que conjuga os desafios do espaço urbano com as dificuldades do meio rural. -----

É esta, porventura, a grande diferença que nos distingue dos outros partidos. Todos os sinos tem sons diferentes, como todos nós temos histórias diferentes. A nossa história e a nossa génese destacam-se dos outros e levam-nos a ter um estilo de governação apreciado pelas populações. Os outros, por mais que tentem, por mais esforço que façam, nunca terão este património genético do PSD. -----

Felizmente que o povo do concelho, consciente e de espírito atento e aberto, sempre revelou um forte apego e reconhecimento ao esforço dedicado de muitos homens e mulheres à causa ourensense. -----

Acreditamos que os ourensenses em 9 de Outubro vão, mais uma vez, continuar a confiar no nosso trabalho e nos nossos autarcas. Queremos mais e melhor e estamos prontos a servir mais uma vez as gentes de Ourém. Estamos empenhados, confiantes e esperançados no juízo que os eleitos se preparam para fazer. -----

Nesta que será a última reunião, permitam-me que saúde todos os autarcas do concelho que agora terminam o seu mandato. O desenvolvimento de Ourém é também fruto do seu esforço e dedicação à causa pública e ao poder local. Para quem está na oposição é importante ter presente que tanto se serve Ourém no poder como fora dele. É este o espírito da democracia. No fundo, estamos a cumprir a vontade do povo. -----

E assim, de degrau em degrau, sem exageradas euforias, vamos conquistando as dificuldades que nos surgem, carregando bem alto o nome de Ourém. -----

As equipas que o PSD apresenta para os diferentes órgãos autárquicos vão certamente merecer a confiança dos ourensenses no próximo dia 9 de Outubro. Com humildade e com respeito por todos estamos prontos a aceitar o veredicto popular. É a nossa forma de estar, é o nosso destino, porque Ourém merece.” -----

= **DEOLINDA DE JESUS LOPES SIMÕES**, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Caras e caros colegas -----

Cegámos ao fim de uma tarefa que assumimos há 4 anos. Pelo voto de confiança dos eleitores, comprometemo-nos a representá-los nesta Assembleia. -----

Decidir é sempre uma tarefa complexa e que deixa muitas vezes amargos na boca. Para ter o equilíbrio entre satisfazer os legítimos interesses da população e garantir um crescimento estruturado e sólido duma região é necessário não, com cada um a fazer valer a todo o custo o que considera os seus direitos, mas sim com cada um a pôr acima de tudo o interesse da comunidade, o interesse neste caso do nosso concelho, deixando para 2º lugar as especificidades do seu clube partidário. -----

Num clima de liberdade, de solidariedade e respeitando sempre as raízes e a identidade do povo oureense, esta Assembleia propôs, analisou, criticou, apoiou ou não e deliberou. Cumpriu a sua missão. -----

Pessoalmente agradeço a todos a correcção, a delicadeza e fundamentalmente a amizade que ao longo deste período fizeram o favor de me dispensar. -----

Como Presidente deste Órgão Autárquico agradeço igualmente a todos o empenho, o sentido de responsabilidade e o grau de exigência com que debateram as propostas que vos apresentaram. -----

Saúdo igualmente o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores que ao longo desta legislatura nos deram a honra da vossa presença. Ao Dr. David Catarino expresse o meu enorme reconhecimento não só pela sua presença sem falhar nesta Assembleia como também na maioria das reuniões preparatórias com os líderes de bancada. Pela sua disponibilidade, pela sua sensibilidade e pela sua cooperação institucional o nosso Bem haja. -----

Uma palavra de gratidão à nossa secretária, pela sua simpatia e pela sua cooperação no ultrapassar das dificuldades resultantes da falta de recursos técnicos. -----

Uma palavra final de agradecimento à comunicação social. Sem a vossa ajuda, os oureenses teriam enorme dificuldade em se aperceber e poder também julgar do que foi esta caminhada colectiva. -----

Tiveram oportunidade de divulgar muitos dos nossos passos, muito das nossas falhas, muito das nossas vitórias, muito da nossa frustração, ou muito da nossa alegria pelo dever cumprido,

mas acima de tudo, o que eu mais desejaria é de que pela leitura das vossas palavras, o povo de Ourém tenha percebido que este grupo de mulheres e homens, fizeram o seu melhor para que Ourém crescesse com mais confiança em si próprio, mais esperança pelo presente e maior orgulho no seu futuro. -----

A todos deixo a minha amizade e um infinito Até Sempre. Obrigada.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «DECLARAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DA RUA SANTA ISABEL – FÁTIMA», NOS TERMOS DO ART.º41º, DO DECRETO-LEI N.º794/76, DE 5 DE NOVEMBRO, A SUBMETER POSTERIORMENTE A APROVAÇÃO DO GOVERNO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número nove mil setecentos e setenta e cinco, datado de vinte e oito de Junho, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e um de Junho, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, a apreciação e votação da proposta de delimitação da área identificada na planta constante do processo (vide processo devidamente arquivado), como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a submeter posteriormente, a aprovação do Governo. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “Quanto ao ponto 2.01 que visa a «declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística da Rua Santa Isabel – Fátima», nós, oposição, não diríamos melhor no que concerne ao 3º parágrafo que

passo a citar «... onde o processo de renovação e crescimento urbano não foi devidamente disciplinado ...». -----

Também é verdade que «alguns logradouros e terrenos disponíveis se encontram bastante degradados, contribuindo para denegrir aquele espaço em termos de salubridade e de imagem» - palavras textuais. -----

Independentemente da necessidade de melhorar a área em questão com a qual todos concordamos é forçoso perguntar: quem é que devia disciplinar e não disciplinou. Quem é que autorizou muito recentemente a renovação de edifícios nessa área? Além da Residencial St.º Amaro há ou não outras violações ao Plano de Urbanização? -----

Quanto à intervenção em si precisamos concretamente de dados em relação à sua tipologia e da planta do local para melhor visualização.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis abstenções.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “Embora concordando com a necessária intervenção urbanística na cidade de Fátima, parece-nos pouco adequado os termos em que a questão é colocada. -----

Aplaudimos a justificação das propostas mas fazer da excepção uma regra, parece desadequado. Agarra-se em parcelas de um todo de forma pouco transparente e sem critérios claros. Se toda a Cova da Iria é área crítica então altere-se o Plano de Urbanização. -----

A nossa abstenção é um sinal político de que não queremos inviabilizar a reconversão urbanística de Fátima mas entendemos que era urgente uma intervenção mais alargada que só no âmbito da revisão do PU de Fátima pode conseguir-se.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «DECLARAÇÃO DE ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DA ESTRADA DE MINDE – FÁTIMA», NOS TERMOS DO ART.º41º, DO DECRETO-LEI N.º794/76, DE 5 DE NOVEMBRO, A SUBMETER POSTERIORMENTE A APROVAÇÃO DO GOVERNO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número onze mil quatrocentos e vinte e quatro, datado de oito de Agosto, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a um de Agosto, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, a apreciação e votação da proposta de delimitação da área identificada na planta constante do processo (ver processo devidamente arquivado) como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a submeter posteriormente, a aprovação do Governo. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “Quanto ao ponto 2.02 podemos repetir o que foi dito no início do ponto 2.01. -----

Expressões como «forma desordenada e incoerente ... degradação geral dos espaços com implicações graves na segurança dos peões ...» voltam a lembrar-nos que este discurso parece da oposição e não de um executivo PSD que está na gestão deste concelho há décadas, parecendo nada ter a ver com o desordenamento, o caos e a degradação urbanística de Fátima. -----

Apenas algumas perguntas concretas: por que razão essa intervenção se fará só da rotunda sul ao cruzamento de Aljustrel? -----

De novo que tipologia de intervenção? -----

Que edifícios concretos serão demolidos? -----

Que logradouros serão desafectados. -----

Porquê concretamente aqui quando quase toda a zona urbana se pode considerar área crítica?

Não seria melhor pensar-se na revisão do Plano de Urbanização, na próxima legislatura, em vez de andarmos de três em três meses a declarar zonas críticas como se o Governo tivesse a obrigação de ter um gabinete específico só para tratar de todas as reconversões urbanísticas de Fátima? -----

Quem tem a culpa da cidade ter chegado a esta situação, repito, é o executivo PSD que nunca foi capaz de criar em Fátima um gabinete técnico devidamente credenciado para acautelar casos que agora são de difícil solução. -----

Agora anda feito bombeiro de serviço a tentar apagar todas as situações explosivas criadas pela sua própria incompetência.” -----

= **JORGE MANUEL REIS HELENO**, apresentou o seguinte documento: “Que na Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima estejam presentes as forças vivas da população como a Associação Comercial, Associação de Turismo Leiria-Fátima, e outras que representam as forças vivas das populações de forma a que as pessoas sintam os projectos como seus e se aproximem destes. -----

É necessário que os projectos em curso estejam em discussão pública o tempo suficiente para que os cidadãos participem neles e apresentem as suas sugestões. -----

À semelhança do que fez o Sr. Reitor do Santuário em relação à Basílica é necessário mostrar os projectos antes de se passar à prática, mesmo para além do prazo regulamentar. Fazer um esforço de diálogo com a população e os interessados. -----

Estes novos mecanismos de intervenção, declarando as zonas como áreas críticas, só poderão vencer se tiverem o acordo das populações e não sejam uma imposição vinda de cima de forma autoritária.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com sete abstenções.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DA EMPREITADA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO», NOS TERMOS DO N.º1 E N.º6, DO ART.º22º, DO DECRETO-LEI N.º197/99, DE 8 DE JUNHO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dez mil trezentos e oitenta e um, datado de catorze de Julho, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a quatro de Julho, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, autorização para repartir, pelos anos económicos de dois mil e cinco a dois mil e sete, os encargos decorrentes da empreitada indicada em epígrafe no total de quatro milhões seiscentos e sete mil quatrocentos e oitenta e oito euros e doze cêntimos (4.607.488,12€): -----

- ano económico de dois mil e cinco – trezentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta e quatro euros e quinze cêntimos (349.984,15€); -----
- ano económico de dois mil e seis – dois milhões duzentos e dezassete mil setecentos e oitenta e dois euros e setenta e seis cêntimos (2.217.782,76€); -----
- ano económico de dois mil e sete – dois milhões trezentos e oitenta e nove mil setecentos e cinco euros e trinta e seis cêntimos (2.389.705,36€). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis votos contra.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do PS vota contra esta proposta pelas seguintes razões: apesar de não termos nada a objectar relativamente à repartição de encargos nos termos aqui expostos, queremos mais uma vez mostrar a nossa profunda discordância relativamente aos termos em que é concretizada a intenção de adjudicar e

construir o novo edifício dos Paços do Concelho. É preciso lembrar que este assunto atravessou todo este mandato sendo objecto de uma primeira reunião extraordinária da Assembleia em 2002 e já aí a nossa posição foi muito clara: sim a um novo edifício mas não com o projecto e o modelo então apresentados. Depois disso ficou sem efeito uma nova proposta da Câmara de concessão e exploração do parque de estacionamento a construir no edifício da Câmara e que mereceu o nosso voto contrário. De estudo em estudo, de concessão em concessão chegámos ao final do mandato. Por aqui devíamos ter ficado para não continuar a seguir um caminho que consideramos errado. Será que vamos a tempo de rever e reformular todo este processo?” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «RENEGOCIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dez mil quinhentos e noventa e cinco, datado de dezanove de Julho, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a onze de Julho, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo autorização para proceder à renegociação dos empréstimos com o BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A.. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **MARIA NATÁLIA OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS**, apresentou o seguinte documento:

“Sr. Presidente -----

Na documentação distribuída sobre este ponto da O. T. remete para do Doc.1 em anexo que não nos foi entregue. Pode ler-se também que «... é conveniente esclarecer a dúvida, apontada nas conclusões do Dr. Fernando Marques». Perante isto não tem esta bancada informação suficiente para poder votar o que nos é proposto. -----

Aquando da apresentação das contas do Município do ano de 2004 alertamos para a situação grave de Endividamento a que tinha chegado o Município, para a gravidade do Fundo de Maneio negativo e por todos os indicadores que nos eram apresentados. Receávamos pela saúde financeira do Município. V.^a Ex.^a acusou-me de só dizer Balelas! Perante o que agora nos é apresentado parece-me, Sr. Presidente, que V.^a Ex.^a não acautelou devidamente a gestão do Município, ou então queira V.^a Ex.^a explicar porquê «sugestões a implantar com urgência» quando afirmou à cerca de 6 meses que as contas do Município estavam de boa saúde.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis votos contra e uma abstenção.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO «CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI) – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS SOBRE PRÉDIOS URBANOS, 2006», NOS TERMOS DO N.º4, DO ART.º112º, DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI) – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número onze mil duzentos e cinquenta e três, datado de três de Agosto, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e cinco de Julho, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, autorização para fixar as seguintes taxas a praticar na cobrança do Imposto Municipal sobre os Prédios Urbanos: -----

- 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre prédios urbanos; -----
- 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS**, apresentou o seguinte documento:

“No ano de 2004 aquando da apresentação deste ponto questionei o Sr. Presidente da C.M.O. sobre a aplicação da Taxa máxima 0,5% sobre os prédios avaliados à luz do CIMI. -----

Foi-nos respondido pelo Sr. Presidente: ser o valor recomendado pela Associação Nacional de Municípios e como tal era a que tinha para propor a esta Assembleia. -----

Na altura, teci algumas considerações sobre o prejuízo efectivo que iria criar à economia familiar dos ourensenses em virtude de os valores Patrimoniais dos Prédios avaliados serem elevadíssimos, ser reduzido o período de isenção que era de 10 anos e podia ser requerido sempre que se verificasse aquisição de nova habitação permanente, passando com o CIMI a ser de 3 ou 6 anos o máximo e cada adquirente só poder beneficiar duas vezes. -----

Perante as preocupações desta bancada o Sr. Presidente acusou-nos de pretendermos criar dificuldades à gestão do Município e não nos preocuparmos com as receitas para fazer face às despesas. -----

Durante o ano de 2005 questionei nesta Assembleia o Sr. Presidente da C.M.O. sobre os efeitos da entrada em vigor do CIMI em virtude de se verificar grande n.º de reclamações, apresentadas pelos proprietários, da avaliação dos prédios. (Ficou de me telefonar porque não tinha informação precisa para dar, o que até hoje não aconteceu). -----

Além de todas estas situações o Sr. Presidente, ou vem agora reconhecer que tínhamos razão ou então a redução da taxa para 2005 é exclusivamente uma medida eleitoral. -----

Ao propor a redução da taxa a aplicar para o ano de 2005 devia também propor, através do representante da Associação Nacional de Municípios que integra a CNAPU (Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos), a revisão do custo médio de construção que foi fixada em 600,00€/m², redução dos coeficientes de zonamento e localização, que conforme está previsto na alínea b), do n.º1, do art.º62 do CIMI, pode ser reduzida. -----

Bastando deliberação desta Assembleia o Sr. Presidente tinha oportunidade de resolver o problema dos prédios devolutos e degradados podendo majorar a taxa aplicada em 30%, art.º112, n.º5 e 8 do CIMI, era uma medida que para o Município aumentava a receita e por outro lado melhorava a imagem das nossas cidades, vilas e aldeias. -----

Depois da vaga de incêndios que devastaram as nossas florestas e outras culturas o Sr. Presidente podia ter proposto a esta Assembleia, que aprovasse pelo menos nas freguesias mais afectadas, que as taxas fossem minoradas até 30%. Iria ser uma ajuda para quem viu as suas economias tão drasticamente afectadas. Sr. Presidente lê-se no CIMI – art.º112, n.º5 – «os Municípios, através de deliberação das Assembleias Municipais pode definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação e minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto». Não acha que num concelho transformado em cinzas era importante ter esgotado todas as hipóteses de prestar ajuda às populações. -----

É neste sentido que recomendo ao Sr. Presidente: é urgente rever os valores patrimoniais dos prédios avaliados à luz do CIMI. Nesta revisão devem ser alterados os coeficientes de localização, qualidade e conforto e o custo de construção/m2. -----

Não podemos ignorar que à luz do novo Código muitas famílias perdem o direito à isenção do IMI e pagam valores que mais parece o que teria de suportar numa casa arrendada, com a agravante de aqui terem também prestações de empréstimos bancários ao final de cada mês.”

= **JORGE MANUEL REIS HELENO**, apresentou o seguinte documento: “No âmbito do objectivo de recuperação das Aldeias Históricas do nosso concelho deveria o Município ter em linha de conta esse objectivo no âmbito das taxas que incidem sobre os imóveis aquando da sua recuperação. Sugiro que no estudo no âmbito do I.M.I a possibilidade de diferenciação positiva para podermos dar sinais aos proprietários que apreciamos a recuperação do seu património histórico.” -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O LANÇAMENTO DE UMA «DERRAMA PARA O ANO DE 2006», NOS TERMOS DA ALÍNEA F), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número onze mil duzentos e cinquenta e dois, datado de três de Agosto, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e cinco de Julho, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, autorização para o lançamento de uma Derrama a aplicar no ano de dois mil e cinco, da taxa de dez por cento (10%) sobre a colecta do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), a fim de fazer face aos encargos resultantes dos avultados investimentos do Projecto Valourém, em curso. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “A posição do PS há já alguns anos tem sido a de chamar a atenção para a necessidade de reconhecer o papel fundamental das empresas e dos empresários do concelho no desenvolvimento económico, criação de riqueza e de postos de trabalho que tem contribuído para atenuar a crise social que se vive com mais intensidade em muitas zonas do país. -----

De qualquer forma é preciso ter em conta que a vida das empresas não está nada fácil, a conjuntura económica do país e da Europa é suficientemente conhecida e perante as incertezas dos mercados e as necessidades de investimento para a modernização e maior competição, é preciso que a Câmara dê um sinal de reconhecimento e apoio, ao mesmo tempo que chama mais empresas a investir em Ourém. -----

Temos também afirmado que seria razoável que na mesma região os municípios tivessem valores aproximados. Ora é conhecido que há Câmaras sem derrama (Nazaré, Bombarral, Pombal, Alvaiázere), outras com valores de 5% como a Batalha e Porto de Mós. -----

Se há empresas com lucros importa estimulá-las a fazer mais investimentos, descendo os impostos como os diferentes governos têm feito com o IRC. -----

Por tudo isto propomos em alternativa à proposta da Câmara **uma taxa de derrama de 8%** - uma proposta a que nos comprometemos para o próximo mandato.” -----

= **JOAQUIM AUGUSTO DE OLIVEIRA FARIA**, apresentou o seguinte documento: “Implacável, qual folha de calendário que chegou ao fim, aí está a nova derrama e a mesma discussão de sempre. Sendo como é, instrumento de recurso para os municípios fazerem face a necessidades específicas e mais prementes, contempla no seu infinito, um uso criterioso porque é um esforço extra, pedido aos sujeitos sobre a qual ela incide. Num momento problemático da economia do País, a derrama suscitou nas câmaras circum vizinhas incitada discussão pondo a nu flagrantes contradições dos argumentos partidários, defendendo aqui o que alguns km à frente se derrota. Não é o melhor caminho subverter os princípios às conveniências de momento, ainda assim deu para perceber a existência de alguma sensibilidade às reais dificuldades, sobretudo para as P.M.Es, que lhes advêm do ciclo económico que atravessamos. -----

Por cá, entendeu-se taxar pelo máximo possível, ainda pouco, dirão uns. Compreende-se dirão outros. Por mim, penso nunca se terem verificado tão nítidos contornos para justificar que por uma vez, com mais ou menos simbolismo, se lançasse uma taxa um pouco mais reduzida. ----

Minde, Mira, Covilhã, etc., tinham há bem poucos anos forte receita neste recurso, hoje ninguém responsabiliza os que por avidez mataram a galinha e agora se lamentam com a falta de ovos. Temo que por cá isso possa acontecer num ou noutro sector. -----

Por mim, que sempre encontrei argumentos para abstenção ou votar a favor não posso em coerência hoje, ironia do destino, última sessão, deixar de votar contra. Não contra a derrama mas contra esta derrama de 10% que não contempla a selectividade que sempre defendi:” ----

= **JORGE MANUEL REIS HELENO**, apresentou o seguinte documento: “Recomendo que medidas como esta, de aplicação da taxa máxima devem ser acompanhadas da explicação que também a Câmara está a fazer esforços de diminuição das suas despesas correntes,

dando provas que está com os empresários no esforço de poupança e de boa aplicação de recursos.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dez votos contra e três abstenções.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor **LUÍS DE SOUSA E SILVA**, apresentou a seguinte declaração de voto: “Apesar de reconhecer a necessidade que a Câmara tem em realizar fundos, não me permite a minha consciência, em face da grave crise económica que o país atravessa, votar favoravelmente. Entendo que todos somos poucos para ajudar o país a sair da crise. Entendo que o exemplo deve partir dos mais responsáveis e eu considero mais responsável a Câmara Municipal, por isso esperava sinceramente que o exemplo surgisse com a redução da taxa, contribuindo, como é obvio, para um atenuar de custos às empresas, claro, as principais geradoras de receitas e conseqüente riqueza nacional, por isso me abstive.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – ALTERAÇÃO EM REGIME SIMPLIFICADO», NOS TERMOS DO ART.º97º E DO N.º1 DO ART.º79, DO DECRETO-LEI N.º380/99, DE 22 DE SETEMBRO ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º310/2003, DE 10 DE DEZEMBRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número treze mil e trinta e cinco, datado de doze de Setembro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a cinco de Setembro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima referidos, a apreciação e votação da proposta de alteração em regime simplificado do Plano Director Municipal, com o fundamento no erro material de delimitação da

Reserva Agrícola Nacional, conforme as plantas que integram o Plano Director Municipal, designadamente as de condicionantes – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Para uma melhor demonstração foram projectados alguns mapas que foram comentados de forma minuciosa pelo Senhor Presidente da Câmara – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.** -----

----- De seguida, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO** apresentou a seguinte declaração de voto: “A posição do Partido Socialista é clara e pública relativamente à solução que consideramos mais rápida, mais eficiente e menos lesiva para todos os interesses (promotor, consumidores, potenciais empregados, entidade licenciadora). -----

Recordamos que o «imbróglio Intermarché» surge por erro administrativo grosseiro por parte da entidade licenciadora quando o despacho do Sr. Presidente da Câmara condiciona o licenciamento à realização dum a rotunda e dum a variante rodoviária o que vai deslocar o empreendimento para zona irregular de construção à luz do PDM em vigor. -----

Para credibilidade do município é importante que este imbróglio seja resolvido, e por isso, apesar do nosso cepticismo relativamente à solução aqui apresentada não queremos deixar de viabilizar e dar a nossa abstenção. -----

Quanto às razões que fundamentam o nosso cepticismo relativamente a esta solução estamos disponíveis para em sede própria dar o nosso contributo, mas adiantamos a questão da morosidade e complexidade processual e também a necessidade de acolher em solução outras situações semelhantes no território municipal! -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.08 – RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2005 RELATIVAMENTE À «CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, DA EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA SITA NO PARQUE LINEAR, JUNTO À RIBEIRA DE SEIÇA, EM OURÉM», NOS TERMOS DA ALÍNEA Q), DO N.º4 DO ART.º53, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número treze mil cento e dezoito, datado de catorze de Setembro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a doze de Setembro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, a ratificação da deliberação camarária de dezoito de Abril do ano de dois mil e cinco, referente à concessão, por concurso público, da cafetaria sita no Parque Linear, junto à Ribeira de Seiça, em Ourém, aos concorrentes Cláudio Adriano dos Santos Silva e Outros. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco abstenções.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ MARIA FERRZ DE OLIVEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “A posição do grupo parlamentar do Partido Socialista relativamente a este assunto é de abstenção. -----

A criação do espaço em apreço, bem como as suas condições físicas e de funcionamento, não nos merecem reparos significativos. -----

Já não poderemos dizer o mesmo relativamente a outros espaços construídos pelo Município, com fins idênticos a este, mas cujos investimentos, até ao momento, não tiveram qualquer retorno. -----

Mas, relativamente à ratificação da concessão da exploração da cafetaria em apreço, merece o nosso desagrado o facto de, tendo a dita exploração sido aprovada na reunião da Câmara de

18 de Abril de 2005, e tendo esta Assembleia reunido em 3 de Junho, apenas agora o assunto tenha baixado a este órgão, sabendo nós que a cafetaria já está a funcionar há três meses. ----
Tudo poderia ter sido feito antes da sua entrada em funcionamento. -----
Somos contra a política do facto consumado. Daí o sentido do nosso voto.” -----
----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se tendo porém verificado qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO